

Recursos do exterior dependem de um ajuste interno da economia

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O Brasil só conseguirá habilitar-se aos esquemas de redução da dívida externa que vêm sendo admitidos pelos credores, como o próprio Plano Brady, se for capaz de colocar em prática um programa de ajustamento interno da economia que se apoie no efetivo controle do déficit público e maior austeridade da política monetária, submetendo-se às exigências de condicionalidades.

A previsão foi feita ontem pelo ex-presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore, durante debate sobre alternativas para a modernização do País, no fórum nacional promovido na Comissão de Finanças do Senado Federal. A redução das transferências externas ajudará na retomada dos investimentos, mas não constitui uma pré-condição para o sucesso de qualquer política de combate à inflação, em sua opinião.

"A comunidade financeira internacional está praticamente convergindo para alguma solução deste tipo, que implique na redução das transferências através do mecanismo de recompra da dívida no mercado secundário", disse Pastore, para quem a participação de organismos internacionais como fiadores dessas operações implicará, naturalmente, na imposição de certas condições de ajuste econômico, "para que os credores tenham a certeza de que os recursos economizados serão utilizados em investimentos, assegurando-se que haverá uma redução da dívida".

O fracasso das políticas antiinflacionárias no Plano Cruzado em 1986 e, depois, no Plano Bresser, entre 1986 e 1987, seria uma prova de que a redução das transferências externas por si só não resolve a questão interna. Tanto é que houve uma "simulação de



Affonso Celso Pastore

alívio da dívida" com a queima de US\$ 5 bilhões das reservas internacionais em 1986 e da suspensão temporária do pagamento de US\$ 5 bilhões em juros, mas mesmo assim a inflação voltou a toda carga, "porque não houve a redução do déficit público e o controle monetário".

Esta constatação, em sua opinião, não quer dizer que o País não precise desse alívio externo, mas demonstra que "a inflação é um fenômeno essencialmente doméstico". Para se habilitar às propostas de redução da dívida, o País vai precisar do apoio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo de cumprir, em contrapartida, um programa de ajustamento interno. Este apoio seria necessário também pela exigência de participação de algum organismo a ser criado, que se encarregaria de recomprar os títulos da dívida com desconto no mercado secundário.

A outra alternativa, representada pela compra direta por parte do próprio devedor, não estaria ao alcance do Brasil, por implicar superávits comerciais ainda maiores, com acúmulo de reservas, cujas consequências internas seriam desfavoráveis para o combate à inflação.

10 MAI 1989
GAZETA MERCANTIL